TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

ATA Nº 11 - CPAD (09/12/2019 – 10h00 – PAe nº 1497/2015)

Ata de reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- CPAD

Às dez horas do dia nove de dezembro de dois mil e dezenove, no gabinete da Coordenadoria de Gestão da Informação, no edifício-sede do TRE-MT, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, designada pela Ordem de Serviço nº 27, de 23/8/2017 da Diretoria-Geral, com a participação dos membros que subscrevem a presente Ata e também do servidor convidado Nilson Fernando Gomes Bezerra, coordenador da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais - CRIP. A reunião foi convocada por *e-mail* aos integrantes da Comissão, com a seguinte pauta: 1. Analisar as minutas dos instrumentos de gestão documental: plano de classificação de documentos – PCD e tabela de temporalidade de documentos – TTD; 2. Deliberar sobre alterações sugeridas pelas unidades administrativas do Tribunal e Cartórios Eleitorais; 3. Avaliar a situação de implantação do módulo de arquivamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com base nas informações que serão trazidas pelo representante da Seção de Banco de Dados, conforme deliberado na Reunião CPAD nº 9, de 30 de outubro de 2019, de modo a cumprir a obrigação de que trata a cláusula 5.4.2, “a” do Contrato nº 26/2019, que tem por objeto o tratamento técnico arquivístico do acervo documental deste Tribunal. Em suma, os participantes trataram inicialmente sobre o item 3 da pauta, quando o servidor Carlos apresentou as funcionalidades de arquivamento do sistema SEI. A comissão deliberou que o sistema dispõe dos requisitos mínimos necessários a organização e controle dos documentos arquivados, definindo, então, que será esse o sistema a ser adotado pela empresa contratada para as indexações dos documentos. Na sequência, passou-se aos itens 1 e 2 da pauta, e as propostas de alteração dos instrumentos e suas justificativas foram avaliadas, analisando os benefícios e possíveis prejuízos individualmente para cada código de classificação afetado, conforme consta da tabela anexa a esta ata, que apresenta o detalhamento das alterações efetuadas no PCD e TTD, seguidas das respectivas propostas, justificativas e deliberações. Eu, Gustavo Silveira Castor, presidente da Comissão, lavrei esta ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Comissão presentes na reunião.

Gustavo Silveira Castor
Presidente - Coordenador de Gestão da
Informação

Marcela Alves Lopes Mendes de Oliveira
Membro - Chefe da Seção de
Jurisprudência e Documentação

Janete Clementino do Livramento -
Membro - Chefe da Seção de
Comunicação, em substituição

Erivelto Bastos Novais
Membro - Chefe da Seção de
Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais

Carlos Henrique Claro Leite
Membro - Chefe da Seção de Banco de
Dados

Lener Aparecida Galinari
Membro - Chefe da Seção de Biblioteca
e Editoração

Nilson Fernando Gomes Bezerra
Servidor convidado - Coordenador de
Registro e Informações Processuais

PROPOSTAS E DELIBERAÇÕES DE ALTERAÇÃO DA MINUTA DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS

CHAVE	CÓDIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	FASE CORRENTE	FASE INTERMEDIÁRIA	DESTINAÇÃO	OBSERVAÇÃO	PROponente	UNIDADE ENVOLVIDA	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA	DELIBERAÇÃO	DATA	EFEITO	PENDÊNCIA
155	1-4-3-5	Indenização de mandado e de transporte de oficiais de justiça	Incluem-se processos de indenização de mandado e de transporte de oficiais de justiça.	Até julgamento o das contas	12 anos a contar do julgamento das contas	Eliminação	Se o Tribunal não houver sido relacionado para prestar contas do exercício ao TCU, os documentos devem ser mantidos no arquivo intermediário por 12 anos a contar da data de apresentação do relatório de gestão.	Valdiney	Cartórios, SI e CRE	Incluir também indenização de mandado, e não só de transporte, conforme sugerido pela Sandra, na reunião havida em out/2019.		Revisado. Proposta acatada.	09/12/2019	ALTERADO	
206	2-1-2-2	Controle	Incluem-se documentos de controle dos processos judiciais, tais como livros de carga de processos, livro de carta de ordem e carta precatória, livro de autorizações de carga de processos e recibos de retirada de autos.	2 anos	-	Eliminação	O documento somente passará para a fase corrente após a confirmação do registro do próximo andamento processual no respectivo sistema de controle.	Marcela	SI e Cartórios	Veja observação colhida da CPAD do TRE-SC. Ampliar a temporalidade para os casos de protocolo de envio de autos e documentos físicos para órgãos externos, e também aqueles que não foram recebidos no sistema pela unidade destino, pois podem gerar questionamentos futuros. Vide SEI nº 08071.2019-7		Foi acrescida uma observação na TTD. O Erivelto vai confirmar o motivo da temporalidade estar permanente no provimento da CRE.	09/12/2019	ALTERADO	
207	2-1-2-3	Representação processual	Incluem-se instrumentos genéricos de procuração arquivados em cartório	Até o final do ano seguinte ao do respectivo pleito eleitoral	42 anos	Eliminação		Marcela	CRIP	Incluir novo código a fim de ampliar a temporalidade das procurações vigentes.		Foi deliberado por se criar um novo item no PCD, específico para procurações genéricas arquivadas em cartório. O servidor Nilson, da CRIP, orientou no sentido que a temporalidade na fase intermediária seja definida com base no tempo máximo de tramitação de um processo judicial estimado em 12 anos, somado ao prazo de 30 anos de eventual cumprimento de pena. Além disso, o documento deve permanecer em arquivo corrente até o final do exercício seguinte ao do respectivo pleito eleitoral, a fim de que possam atender os valores primários imediatos, tendo em vista que os normativos do TSE estabelecem que as procurações genéricas são correlacionadas a eleições específicas, e podem ser utilizadas na atuação de novos processos eleitorais decorrentes apenas do pleito em questão.	09/12/2019	INCLUÍDO	
241	2-2-2-16	Procedimentos Investigatórios	Incluem-se procedimentos preparatórios destinados a reunir os elementos necessários à apuração da prática de infração penal e de sua autoria, tais como inquéritos, notícias-crime, boletins de ocorrência, autos de prisão, termos circunstanciados. Incluem-se também os recursos relativos a processos deste subgrupo.	Enquanto tramita	2 anos	Guarda Permanente		Marcela		- Incluir na descrição as Notícias Crime, pois nas perguntas frequentes há a orientação de arquivá-las juntas aos inquéritos. - Incluir também os recursos relativos a processos deste subgrupo.		Mudar o termo de "Inquérito" para "Procedimentos Investigatórios", para abarcar as notícias crime e outros procedimentos afins. Proposta acatada a fim de excluir os subgrupos que tratam de recursos e incluí-los nas respectivas classes originárias.	09/12/2019	ALTERADO	